RTE REVISTA TEMAS EM EDUCAÇÃO

DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2021v30n1.54268

GESTÃO DEMOCRÁTICA, EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: MOBILIZAÇÃO E ABORDAGEM DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Rosemary dos Santos Pereira Silva [*]

Maria Samaia Ferreira Belo [**]

Marcos Angelus Miranda de Alcantara [***]

[*] Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (2016-2021)
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6599-6393
E-mail: roserosy149@gmail.com

[**] Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (2016-2021).
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4354-158X
E-mail: samaia.belo.2012@gmail.com

[***] Doutor em Educação (UFPB-2017), Mestre em Educação (UFPB-2013) e Pedagogo (UFPB-2011), professor do DHP/CE/UFPB.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0276-3397
E-mail: marcos84angelus@gmail.com

RESUMO

Neste escrito discorremos sobre uma experiência extensionista realizada na Universidade Federal da Paraíba, que ocorreu de modo a articular os projetos Prolicen/2019 e Probex/2019. Trata-se de um relato prático-reflexivo sobre a construção de estratégias de mobilização e abordagem de profissionais da educação básica interessados pela temática da gestão democrática em uma perspectiva da educação popular. No plano metodológico dialogamos com Marques (2016) que traz sugestões práticas para a realização do trabalho de campo, fundamentado na observação participante. Conceitualmente, dialogamos sobre educação popular com Freire (1983) e Brandão (2008); no campo da gestão democrática nos apoiamos em Luck (2009) e Paro (2001); para pensarmos sobre extensão universitária recorremos às contribuições de Cruz (2011) e Moura (2017). Como resultado da ação de extensão junto a 64 trabalhadores da educação do Município de João Pessoa, pudemos concluir que mesmo diante de uma diversidade de perfis formativos e de áreas de atuação distintas há um interesse significativo pela temática em geral e por seus desdobramentos específicos, que se dão na gestão da educação básica, curricular e escolar, sob a perspectiva da educação popular.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Educação Popular. Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

Este escrito objetiva trazer um relato prático reflexivo sobre a construção de estratégias de mobilização e abordagem de trabalhadores da educação interessados pelo estudo temático da gestão democrática em suas interfaces com a educação popular. Tal interesse foi provocado mediante divulgação de uma proposta formativa, no âmbito da extensão e que tinha por sujeitos, não somente, gestores escolares, mas docentes da educação básica, supervisores escolares, coordenadores pedagógicos, assistentes sociais, psicólogos etc. A reflexão sobre o processo extensionista de mobilização nas escolas, ao mesmo tempo, está fundamentada e tem por eixo temático a articulação entre gestão democrática e educação popular.

A gestão democrática foi instituída como princípio basilar da educação pública na Constituição Federal de 1988. Assim, a sociedade brasileira pôde se reconhecer como titular de direitos civis, políticos e sociais. Em seu artigo 206, inciso VI, há uma série de elementos que enunciam a democratização da gestão da educação: igualdade, liberdade, pluralismo de ideias, gratuidade, valorização dos profissionais, padrão de qualidade, piso salarial, carreira e, principalmente, a "gestão democrática do ensino público, na forma da lei" (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9394/96) reafirma a gestão democrática em seu artigo 14. Ela define alguns princípios vinculantes: "I participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola; II participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes" (BRASIL, 1996). Em suma, com a redemocratização do Estado brasileiro, o ordenamento jurídico educacional é rearticulado em função da democratização do espaço escolar.

A gestão democrática foi amplamente discutida em esferas diversas da sociedade brasileira e não somente no plano jurídico e político-institucional. Este é um debate presente nos movimentos populares e democráticos, bem como, no âmbito acadêmico. Conforme Silva Júnior (2013, p. 21), "para que a expressão 'gestão educacional' possa ter seu sentido recuperado para o discurso e a ação pedagógica, é necessário que sejamos capazes de lhe atribuir [...]" novos significados. Deste modo, é rica em significados a educação popular, enquanto um campo de experiências construídas no seio dos movimentos populares, da luta

pela terra, por moradia, por condições de trabalho, em suma, na contestação de qualquer relação de opressão.

A correlação entre gestão democrática e educação popular, nos permite afirmar que não se trata meramente de "[…] uma variante ou extensão da democratização da escola, e sim uma concepção emancipadora que busca transformar a ordem social e o próprio sistema educacional" (CARRILLO, 2013, p.18). Contribuições teóricas advindas de pensadores como Paulo Freire nos ajudam a ressignificar a ideia de gestão educacional para uma proposta que não se limita aos preceitos técnicos de administração do espaço escolar. Muito mais que isso, ela dialoga com as possibilidades de reconstrução do espaço institucional escolar.

A educação popular tem em sua dimensão política a percepção da construção de uma gestão da educação voltada à contestação de qualquer tipo de opressão. Seus objetos não se esgotam em si, seu intuito vem a ser decisivo como um meio de conscientização para uma luta contra-hegemônica. Nessa perspectiva, a educação popular precisa ser construída em diferentes setores, através de atividades formais ou não-formais, fazendo-se uma produção das práticas sociais. Sendo assim, uma gestão democrática organiza as relações escolares de modo a desvencilhá-la das amarras tecnocráticas, possibilitando operarmos o trânsito de uma educação simplesmente estatal para uma gestão da educação genuinamente pública.

Nessa perspectiva, Paro (2012, p. 4), chama atenção para o fato de que

> numa democracia, a razão de ser do Estado, em princípio, é a garantia do bem público. Todavia, isso não significa que, na prática, o público sempre coincida com o estatal. Como entidade histórica, o Estado está permeado pelas múltiplas contradições que caracterizam os empreendimentos humanos. Assim, mesmo o Estado constituído a partir de parâmetros democráticos não está imune a medidas e práticas que violam os interesses públicos da sociedade. Por isso não se deve tomar por pública determinada instituição pelo simples fato de pertencer ao Estado ou ser por ele mantida.

Esse é um movimento que implica tornar público aquilo que é exclusivamente estatal. Para que a escola pública exerça com legitimidade sua função social de atendimento aos interesses populares é necessário democratizar não apenas o acesso, mas a permanência dos sujeitos, bem como a gestão. É necessário contemplar em seus espaços e tempos uma agenda aberta à diversidade, à tolerância e à crítica ao sistema econômico capitalista. Esses são alguns elementos que conferem legitimidade ao caráter público da escola para além da institucionalidade e da burocracia nos moldes liberais de administração do Estado.

Diante dessas questões, a experiência relatada articulou os Projetos PROLICEN/2019 e PROBEX/2019 e foi organizada em função da construção de uma proposta formativa em gestão educacional e educação popular para profissionais da educação básica. Nessa direção, a extensão foi uma via formativa encontrada para construir estratégias de mobilização e abordagem de docentes, gestores, supervisores, dentre outros trabalhadores da educação que vivenciam o cotidiano das escolas da rede municipal de João Pessoa.

O processo foi organizado em três etapas: 1 estudos a respeito da relação entre gestão educacional e educação popular; 2 elaboração didático-pedagógica da proposta; 3 mobilizações do público-alvo (criação de espaços virtuais de comunicação, por meio de um blog e de redes sociais, para divulgação do Curso de Extensão, mapeamento, seleção e visitas às escolas do município, situadas em João Pessoa). Essas etapas envolveram uma bolsista PROLICEN, uma bolsista PROBEX e oito voluntárias integradas ao PROBEX e à monitoria, com estudos orientados pelo debate articulador dos projetos, que respalda esta produção.

Nossa compreensão metodológica está fundamentada no fato de que ensino, pesquisa e extensão são dimensões indissociáveis da formação de educadores. Essa unidade ganha contornos distintos diante dos pressupostos teóricos da educação popular, que são articuladores de princípios éticos, políticos e epistemológicos. Trata-se de uma ação extensionista, que também busca na abordagem qualitativa sua organização procedimental e metodológica a partir de alguns pressupostos da *observação participante*.

Nesse sentido, Marques (2016) traz reflexões e sugestões de meios práticos para o trabalho de campo, fundamentado na observação participante, com o propósito de discutir a aplicação de tal observação na educação, especificamente nas escolas e na gestão. Essa é uma abordagem que busca uma aproximação com os sujeitos da ação *in loco.* Ao mesmo tempo, ajuda a desconstruir noções arraigadas como a imparcialidade ou neutralidade das ações.

Marques (2016) trata inicialmente da perspectiva antropológica de Malinowski. Nela percebemos que, ao propor estudar um sistema próprio, de uma “comunidade nativa”, que, a princípio, ele não conhecia de perto, aparecem algumas dificuldades ao se inserir naquele espaço. Para superá-las foi preciso desenvolver uma metodologia a partir dos seguintes elementos:

> […]: (1) o investigador deve guiar-se por objetivos verdadeiramente científicos; (2) deve providenciar boas condições para o seu trabalho, o que significa, em termos gerais, viver efetivamente entre os nativos; (3) finalmente, deve recorrer a um certo número de métodos especiais de recolha, manipulando e registrando os seus dados (MARQUES, 2016, p. 267).

Considerando que buscamos uma aproximação com as escolas municipais de João Pessoa, promovemos algumas vivências, dialogamos com os sujeitos, para isso redimensionamos os procedimentos propostos em Marques (2016), segundo nossas próprias necessidades. Nossas visitas às escolas foram precedidas pela necessidade de estabelecimento de objetivos que visassem conhecer melhor os sujeitos, o cotidiano institucional, as ações etc.; providenciar boas condições para nosso trabalho, que significou estabelecer uma relação de confiança com a comunidade escolar; recorremos a um certo número de procedimentos e de registro dos dados. Ao realizarmos a ação, por meio da observação participante, procuramos estar atentos aos detalhes, as falas, as ações, aos costumes institucionais, tendo em vista alcançarmos o êxito pretendido.

Outra abordagem antropológica que baseia a reflexão de Marques (2016) é a de Wiliam Foote Whyte. A partir de sua obra *Sociedade da Esquina*, ele relata um trabalho realizado com uma comunidade popular nos EUA, em meados do século XX. Além da aproximação ao grupo que foi estudado, ele buscou um olhar crítico e filosófico para compreender os fenômenos sociais a partir do contexto que esteve imerso. Foote Whyte quis compartilhar a metodologia usada para seus alunos e para outros através de seus relatos, contribuiu para inserção de outros pesquisadores em comunidades diversas, para ações de extensão e/ou trabalhos investigativos. Sua contribuição nesse campo foi o desenvolvimento da convivência com os sujeitos da comunidade, para sistematizar suas informações, respeitando os indivíduos e sabendo onde deve ou não interferir (MARQUES, 2016).

A partir de uma síntese entre as contribuições de Malinowisk e Whyte, Marques (2016) sugere alguns procedimentos a serem realizados durante um trabalho orientado metodologicamente pela observação participante, a saber: considerar que a observação participante é um processo que demanda certo tempo. Isto é, não atingimos nossos objetivos de mobilização dos grupos em apenas uma visita; buscamos auxílio de intermediários. Estabeleceremos interlocução prévia com Secretaria de Educação, em alguns casos com professores que já eram da escola visitada; evitamos na medida do possível, interferir na

dinâmica dos trabalhos escolares, visto que a mera presença de agentes externos já configura intervenção; consciência de que também éramos observados; saber quando perguntar, quando ouvir e quando calar, sendo preciso pensar estratégias para organizar a interação; organizamos diários de campo, para posteriormente sistematizar as visitas.

Em suma, o processo extensionista favoreceu de um lado a mobilização dos gestores, dos educadores e dos especialistas; por outro, possibilitou o estabelecimento de um diálogo com esses sujeitos sobre a correlação entre gestão democrática e educação popular. A proposta formativa também foi construída em função desses diálogos que teve como pressuposto o caráter público da escola enquanto possibilidade histórica da construção de uma agenda voltada aos interesses das classes populares. O texto que se segue é uma síntese desse processo construído ao longo do ano de 2019. Nele refletimos sobre a educação popular como um princípio orientador de formação para a gestão democrática no campo da extensão, bem como compartilhamos as estratégias de abordagem e mobilização dos trabalhadores da educação, além de uma breve reflexão sobre suas trajetórias profissionais e formativas.

EDUCAÇÃO POPULAR COMO UM JEITO DE FORMAR GESTORES DEMOCRÁTICOS NO ÂMBITO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Recorrer à extensão universitária como alternativa à construção de uma proposta formativa em gestão educacional em uma perspectiva da gestão democrática e da educação popular, requereu percorrermos o pensamento em torno dessa pedagogia. Alcantara (2013), em diálogo com Brandão (2008), ressalta que a história da educação popular está marcada pela questão da cultura popular nos anos 1960. Ainda no final da década de 1950, Paulo Freire, em sua tese, *Educação e Atualidade Brasileira* (1959), lança algumas bases conceituais e ao mesmo tempo elabora sua crítica à educação escolar brasileira. Freire propõe a revisão das atribuições do processo educativo escolar, afirma a necessidade de se pensar a educação a serviço da humanização e de situar historicamente os seres humanos. Cabe ressaltar que a década de 1960 também

> […] é marcada pelas experiências dos Círculos de Cultura. Nesses espaços, aconteciam processos interativos visando transformar a consciência social das pessoas que participavam. Nessa perspectiva, certas expressões que, logo depois, nomearam outros livros de Paulo Freire, como "Educação como prática da liberdade" e "Ação cultural para a liberdade" foram enfatizadas (ALCANTARA, 2013, p. 22).

Beisiegel (2008) diz que as experiências de educação popular do início dos anos 1960 tomam o diálogo como princípio. É também a partir dessas experiências que Freire mais tarde em seu exílio no Chile elaboraria conceitualmente a relação ontológica e histórica entre opressores e oprimidos. É uma época que deve ser compreendida pelo envolvimento político entre estudantes, intelectuais, artistas, trabalhadores, religiosos etc, em torno de causas populares diversas, dentre elas a alfabetização (BRANDÃO, 2008).

Nesse contexto, as experiências das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, das 40 horas de Angicos/RN, dentre tantas outras, faziam da cultura popular o elemento central dessa educação. A um só tempo, pelo diálogo, educandos e educadores tomavam consciência de suas condições existenciais e o processo alfabetizador era construído (ALCANTARA, 2013). Dizendo de outra maneira, a força da *experiência* é materializada na existência de muitos grupos dedicados à educação popular, que foram se constituindo em referencial político, pedagógico, ético e epistêmico para pensarmos e fazermos a crítica à *educação dominante* nos últimos 50 anos.

A educação popular tem em seu horizonte de entendimento a concepção de uma pedagogia voltada à desconstrução de qualquer tipo de opressão. Seus objetos não se esgotam em si mesmos. Seu intuito vem a ser decisivo como um meio de conscientização para uma luta contra-hegemônica. A educação popular precisa ser construída em diferentes setores, sejam eles formais ou não, fazendo-se um produto de práticas sociais. Nesse sentido, a educação popular se insere entre as correntes progressistas do pensamento social moderno rejeitando a exploração e alienação, nutrindo assim uma sociedade mais justa e democrática (UNESCO, 2008).

Esse pensamento converge com as ideias de Paulo Freire e com suas contribuições para a construção de uma proposta de educação libertadora, fazendo com que o sujeito se torne consciente da realidade a qual está inserido. De acordo com Freire (1983, p. 21):

> […] qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, […] deve ter, […] um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão.

A Educação Popular é marcada por uma relação dialética entre as experiências e o acúmulo teórico. Não se trata de uma ideia meramente voltada à educação de massas no Brasil, como enunciava o discurso político republicano nos anos 1930, uma educação fundada em pressupostos liberais, que visava uma transição de nosso país do modelo agrário-exportador ao industrial. A ordem social não era questionada nem problematizada nesse entendimento de educação popular (ALCANTARA e CARLOS, 2018).

Tratamos aqui de uma perspectiva, que se apoia tanto no acúmulo teórico e prático freireano, como também buscamos articular uma rede mais ampla de saberes, que enuncia a educação popular para o século XXI, como educação ao longo da vida, ou como o trabalho permanente do educador junto às classes populares, dentro e fora dos espaços acadêmicos.

A consulta temática à produção acadêmica sobre educação popular e gestão democrática, possibilitou a organização de nosso arcabouço teórico, favorecendo a compreensão de que na Universidade a "[…] Educação Popular vem demonstrando, com arte e criatividade, a constante invenção de uma educação universitária profundamente transformadora, cujas bases estão na chamada *Extensão Popular"* (CRUZ, 2011, p.41).

Cabe ressaltar que, "quando o aluno se envolve no programa de extensão, surge a possibilidade de colocar em prática o que é visto em sala de aula, podendo equiparar a teoria com a prática, de modo que os outros ambientes não têm condições de oferecer" (MOURA, 2017, p.29). A vivência extensionista, objeto desta reflexão, ocorreu em função da especificidade da ação com os profissionais da educação básica. O contato com gestores escolares, docentes e especialistas, mediado por diálogos sobre gestão democrática e educação popular foram profundamente formativos tanto para estudantes de pedagogia, quanto para esses trabalhadores da educação.

Considerando as intencionalidades formativas da experiência, partimos do pressuposto de que a extensão universitária é uma dimensão constitutiva da formação, não somente dos estudantes da Universidade, mas neste caso específico, dos trabalhadores da educação

envolvidos com a proposta. Assim, concordamos com o que Almeida e Sá (2013, p. 202-205) versam:

> a extensão é, portanto, um processo educativo, cultural e científico, que se une ao ensino e à pesquisa, de forma indissociável, objetivando a constante transformação societária. [...] toda vivência dos estudantes nos projetos de extensão ter reflexos profundos na vida profissional deles, preparando-os para o mundo real, com o qual se deparam como acadêmicos e, depois de formados, oportunizando a eles a percepção da complexidade das questões sociais, políticas e econômicas correlacionadas ao seu campo de atuação profissional.

Ao tratarmos da gestão democrática no contexto escolar, em uma experiência de extensão e educação popular, podemos observar que a mesma se caracteriza como ato político e social que abarca a pluralidade de ideias. Neste cenário, podemos dizer que a gestão, na concepção democrática, cidadã e participativa envolve os processos político-pedagógicos de planejamento, de organização, de implementação e de avaliação de experiências educativas. Sendo assim,

> [...] pode-se definir, portanto, a gestão democrática, como sendo o processo em que se criam condições e se estabelecem as orientações necessárias para que os membros de uma coletividade, não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam os compromissos necessários para a sua efetivação [...] (LUCK, 2004, p.71).

O princípio da gestão democrática ganha *status* em uma Carta Magna que busca o diálogo com vários segmentos sociais, desde os setores populares, formado por trabalhadores do campo, das indústrias, por servidores públicos, até os com setores economicamente dominantes como empresários, latifundiários etc. Esta sua característica conciliatória ainda evidencia a necessidade de consolidação da democracia. Desta forma, é necessário enfatizar reflexões direcionadas à formação de trabalhadores, de forma geral, de educadores comprometidos com a formação para o exercício da cidadania, especificamente.

Ao considerarmos a conjuntura política que se estabelece a partir de 2014, em que as instituições enfrentam uma situação sobremaneira desafiadora, mediante ataques sistemáticos que a democracia brasileira sofreu, evidenciado em 2016 na deposição da presidenta eleita, nas emendas constitucionais que congelam o financiamento público, na promoção do desmonte de serviços públicos que atingem diretamente os direitos sociais, na reforma trabalhista aprovada em 2017 e na reforma previdenciária em 2019, no caso específico da

educação básica, a tendência em terceirizar o serviço, por meio de organizações sociais, são acentuados os movimentos de disputa pelo poder e pelo controle da escola pública.

Mediante esse contexto mencionado, uma leitura de Paro (2001) nos ajuda a refletir sobre um dos propósitos da educação escolar, que consiste na formação do sujeito histórico. Em outras palavras, para efetivação da cidadania é necessário acesso aos bens culturais, que ainda são privilégios. Nesta conjuntura, a lógica do privilégio tende a continuar existindo, caso os setores populares não se mobilizem, não se organizem e não se reconfigurem no sentido de fazer os enfrentamentos institucionais pertinentes. É mediante esses desafios que a gestão escolar deve ser concebida e realizada, em consonância com os propósitos de emancipação popular e garantia dos princípios constitucionais democráticos.

Araújo e Silva (2008) ainda observam que a ampliação do debate sobre cidadania interpela o Estado a possibilitar discussões sobre os mais diversos interesses. Para esclarecer a noção de cidadania, amplamente debatida, eles (2008, p. 4) observam que tal conceito "[...] implica em, basicamente, ter direitos e deveres sociais, políticos e econômicos". Diante dessa redução conceitual que ocorre no âmbito jurídico, é necessário manter uma postura organizativa e de permanente controle social, dentro das regras democráticas. Ao formar para a cidadania, a escola deve então, trazer à tona esta vivência democrática, garantida pela Constituição Federal, incentivada pela LDB/9394/96, mas também buscar outras referências, como aquelas da vivência comunitária e da formação dos movimentos sociais populares.

Mais do que o docente repetir durante as aulas que os direitos existem e a democracia é um princípio constitucional, a gestão escolar precisa ser organizada de modo que envolva a participação de todos os segmentos sociais, por meio dos órgãos colegiados: docentes, discentes, técnicos, especialistas, comunidade etc. Ferreira (2004) esclarece que o conceito de gestão deve estar relacionado à formação do cidadão no mundo globalizado. Etimologicamente, a palavra *gestão* provém do latim, e significa: levar sobre si, chamar a si, exercer, gerar. Para além dos conceitos mais convencionais da administração, a gestão implica numa ação coletiva realizada através do diálogo, por meio de uma estrutura que garanta a participação dos segmentos. Para Gomes (2009) essa concepção, em si, já implica a presença do outro. A escola é uma instituição que comporta pessoas diferentes. Essas diferenças são as mais diversas: religiosas, ideológicas, étnicas, sociais, culturais etc. Sendo assim, "é nessa

heterogeneidade [...] [que] o diálogo é de suma importância ao produzir respostas objetivando a superação de conflitos" (GOMES, 2009, p. 50).

Gestão implica a tomada de decisões, organização e direção. Assumindo o compromisso democrático essas decisões são compartilhadas. Seus princípios devem estar alinhados ao diálogo, à justiça social, ao respeito, à emancipação humana e solidariedade. Em contextos democráticos, esses princípios podem ser assimilados na gestão escolar da educação, eles orientam as decisões tomadas no sentido da humanização dos educandos, dos educadores, da comunidade escolar, em suma, da sociedade brasileira.

Nesta conjuntura que busca a todo custo asfixiar a democracia é necessário não somente estudarmos sobre a gestão educacional como uma categoria abstrata, mas articulados a esses estudos, promovermos experiências formativas a partir da definição de objetos de reflexão devidamente contextualizados. Neste caso, tomamos por objeto *a relação entre gestão democrática e educação popular.* Mediante esses ataques sistemáticos aos princípios constitucionais democráticos, de retirada de direitos, de *escola sem partido* e de terceirização da educação, mediante o objeto de intervenção enunciado, o seguinte problema foi formulado: *que estratégias de mobilização dos trabalhadores da educação básica podemos construir, tendo em vista a promoção de uma experiência de formação de gestores educacionais na perspectiva da educação popular?*

Estratégias de abordagem, mobilização e identificação do perfil do público-alvo

Necessitávamos construir formas de aproximação com as escolas municipais. A princípio, avaliamos a possibilidade do envio de ofício circular às escolas, por intermédio da Secretaria de Educação. Do ponto de vista técnico, burocrático e institucional, de fato, esse é o caminho indicado. Contudo, sentimos a necessidade de fazer mais que isso. Buscamos criar situações de interação em que a equipe extensionista pudesse dialogar com os gestores, com os educadores e com os especialistas. Desse modo, assumimos o desafio de estabelecer diálogo.

Paulo Freire nos diz que o diálogo "é uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (JASPERS). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica" (FREIRE, 1967, p. 107). Essa

definição, ao trazer o elemento da horizontalidade enquanto propriedade da relação dialógica, necessariamente ressalta o diálogo como uma prática democrática, na qual nos desvencilhamos da pretensão de nos posicionarmos como superiores, bem como, a recusa de uma postura subalterna. Dessa relação, nasce a postura crítica enquanto uma visão caraterizada pela profundidade. O problema passa a ser analisado a partir de perspectivas diversas no diálogo. Essas abordagens distintas nos permitem, de modo horizontal, analisarmos criticamente as questões.

Em 2019, visitamos ao longo de três meses, um total de 64 escolas municipais, em diversos bairros de João Pessoa. As visitas ocorriam duas vezes na semana, em segundas e sextas-feiras alternadas, nos turnos da tarde e da noite. A equipe de bolsistas, voluntárias e colaboradoras foi distribuída pela coordenação dos projetos de forma a visitar em média quatro escolas por dia. A cada visita problematizávamos dialogicamente questões como a formação continuada, a gestão da educação como objeto da formação e a educação popular como possibilidade histórica de construção da gestão democrática.

Ressaltamos as dificuldades logísticas das visitas, como os bairros de difícil acesso – sobretudo nas visitas noturnas, horários em que nem sempre gestores ou docentes poderiam acolher a equipe, escolas fechadas etc. Entre idas e vindas, nas reuniões de planejamento semanais na universidade, avaliávamos o processo de abordagem nas escolas. Compreendemos que o diálogo *in loco* era o modo não somente mais adequado, como também mais legítimo de abordagem. Refletimos com Freire (1987, p. 9) que

> o diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma. Consciência do mundo, busca-se ela a si mesma num mundo que é comum; porque é comum esse mundo, buscar-se a si mesma é comunicar-se com o outro. O isolamento não personaliza porque não socializa. Intersubjetivando-se mais, mais densidade subjetiva ganha o sujeito.

Compreendemos que a proposta pedagógica da formação foi elaborada intersubjetivamente, visto que ocorreu a partir dos diálogos diversos entre coordenação e a equipe de extensão. Em cada visita, em grande parte das interações nas escolas, a proposta pedagógica foi sendo reconstruída, rearticulada, ressignificada. Isto porque não foi feita no isolamento, mas foi aberta ao universo de educadores por ela interessados. Enfim, a opção

pelo diálogo enquanto estratégia de abordagem e mobilização foi profícua porque incidiu na própria proposta formativa.

De modo a apoiar as visitas, as estudantes colaboradoras do projeto de extensão desenvolveram o blog *FOGEP – Formação de Gestores em Educação Popular*[1] e também criaram uma conta no *Instagram*[2]. O blog foi pensado no sentido de informar o público-alvo da proposta, apresentar o perfil da equipe do projeto, explicitar as concepções do mesmo e disponibilizar um cadastro de pré-inscrições no curso de extensão. A conta no *Instagram* foi aberta para registro visual das ações dos projetos, como as reuniões de planejamento, a participação da equipe em eventos e as visitas às escolas. Consistiu em um espaço virtual de comunicação, que agregou os interessados na proposta, se mostrando mais uma importante ferramenta de mobilização.

Nesse sentido, concordamos com Kochhaann *et al* (2018, p. 5), que a "[…] utilização adequada das mídias pode favorecer a formação e a criação por meio da interação e relação social com base em uma perspectiva crítica pensada como uma intervenção ética e política no mundo em que vivemos". A criação do blog e da conta no *instagram* articulou melhor os nossos colaboradores, voluntários e bolsistas aos gestores e docentes das escolas visitas. Após cada contato presencial era gerado um vínculo, o público-alvo da proposta passava a seguir o instagram, além da realização da pré-inscrição no curso.

Outra frente de organização e planejamento das atividades foi o acionamento institucional de setores vinculados à prefeitura de João Pessoa como o Centro de Formação dos Profissionais em Educação e a Diretoria de Gestão Curricular, ambos vinculados à Secretaria de Educação do Município. Apresentamos o projeto de formação e protocolamos um processo solicitando vinculação do curso de extensão ao programa de formação continuada do Município. Esse foi um processo importante, visto que além do reconhecimento institucional interno à Universidade, a prefeitura de João Pessoa também o fez.

No blog, os interessados pela proposta puderam responder uma série de questões a respeito de seu perfil formativo, áreas de interesse etc. A pré-inscrição nos possibilitou compreender o perfil formativo e profissional de quem efetivamente se interessou pela proposta. Até o final da vigência dos projetos, os dados coletados através do blog registravam

1 Para visitar o blog acesse: https://fogep.blogspot.com/.
2 Para visitar o instagram acesse: https://www.instagram.com/fogep.ufpb/

64 pré-inscrições. Aproximadamente, 77% dos inscritos informaram ter formação em nível pós-graduação *lato sensu,* 25% com graduação, 11% com mestrado e 3% com doutorado. É possível observar que há inscritos com o grau acadêmico de ensino fundamental e com ensino médio, ambos representam aproximadamente 5% dos interessados. Cabe ressaltar a possibilidade de marcar mais de uma opção no formulário.

No ato da pré-inscrição, os interessados também deveriam marcar quais cursos de graduação fizeram. Mais da metade dos interessados (61%) declarou formação em Pedagogia. Aproximadamente 8% declarou formação em Psicopedagogia, 5% em Matemática, Música e Geografia. Serviço Social representa a formação de 3% dos interessados. Cada uma das demais áreas se aproxima de 2%.

Segundo Carvalho e Síveres (2013, p. 37),

> A realização de um curso superior tem sido cada vez mais valorizada no mercado de trabalho, visto que a formação acadêmica exerce papel preponderante na qualidade da empregabilidade no Brasil e na evolução profissional dos jovens egressos das Instituições de Ensino Superior (IES). Aliada à questão técnica da formação acadêmica, uma discussão sobre a formação humana e ética dos estudantes universitários tem sido objeto de estudos por parte de educadores e pesquisadores da área educacional.

Buscamos mobilizar sujeitos com níveis e áreas de formações acadêmicas diversas, uma vez que a formação ética e humana, enquanto facetas da extensão, numa perceptiva da educação popular, consistiu em objeto de nossa preocupação. Nessa linha de raciocínio, o diálogo estabelecido nas visitas às escolas, nas interações por meio das redes sociais e do blog, foram formativos para, não somente, os educadores e gestores, mas para nossos extensionistas.

Quanto ao tempo de serviço que os interessados têm em suas respectivas escolas, organizamos esses dados em três grupos: o primeiro formado por aqueles que estão há mais de dez anos em serviço na escola (47%); o segundo por aqueles que têm mais de três anos (39%) e o terceiro formado por aqueles que possui menos de um ano de serviço (14%). Tavano e Mizukami (2013, p. 4), chamam atenção para o fato de que “a formação continuada seria, então o momento ideal para que o professor pudesse fazer uma reflexão critico-avaliativa de sua prática com vistas a confirmar ou transformar sua ação”. Cabe ressaltar a importância de quase metade dos interessados na proposta já estarem atuando em suas escolas a

aproximadamente uma década. Este é um dado que interpela a Universidade a manter seu compromisso igualmente com a formação de gestores, educadores e especialistas em serviço.

As fichas de pré-inscrição também demonstram que o interesse em participar do curso de formação não está limitado apenas aos gestores pedagógicos e/ou administrativos das escolas visitadas. Identificamos que 45% dos interessados são docentes; em menor proporção, temos os especialistas (28%). Quanto aos gestores, são 25% dos interessados, como também os que fazem parte do quadro de apoio escolar. As temáticas apresentadas aos inscritos receberam os seguintes percentuais de interesse: 1 Educação Popular e Gestão da Educação Básica (47%); 2 Educação Popular e Gestão Escolar (39%); 3 Educação Popular e Gestão Curricular (11%).

Os dados evidenciam a diversidade do perfil dos interessados em participarem do curso. Dialogamos com educadores das mais diversas áreas de atuação no ambiente escolar e também com diversidade em níveis de formação. Destacamos que a criação do blog, como ferramenta e estratégia para aproximação ao público-alvo, nos forneceu os dados para compreendermos os perfis e os interesses. São dados que instigaram análises para posteriores participações em encontros acadêmicos e elaboração de projetos de trabalhos de conclusão de curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do ano de 2019 mobilizamos estudantes de pedagogia do campus I da UFPB no sentido de construirmos uma proposta formativa em gestão educacional e educação popular. Cabe ressaltar que tal experiência extensionista foi respaldada pela articulação entre um projeto Probex e outro Prolicen. Ao longo deste escrito buscamos refletir sobre como construímos junto a esses estudantes as estratégias de mobilização e de abordagem de gestores, docentes e especialistas vinculados à educação básica e que de algum modo manifestaram interesse pela temática dos projetos.

A relevância de uma reflexão sobre a extensão universitária como alternativa acadêmica para a construção de experiências formativas está justificada no âmbito das práticas sociais. A possibilidade de uma interação mais ampla entre estudantes de pedagogia e docentes de diversas áreas, gestores escolares e especialistas, sobretudo tomando a educação

popular como campo de reflexão e princípio metodológico, foi determinante para a formação e, ao mesmo tempo, para a disseminação dos princípios da educação popular no pensar/fazer de muitos desses trabalhadores da educação.

O perfil formativo dos trabalhadores da educação que apresentaram interesse em aprofundar estudos sobre a relação entre gestão democrática e educação popular é majoritariamente constituído por pedagogos com especialização. Para além dos dados, o diálogo com muitos desses trabalhadores nos permitiu compreender também que não é somente o interesse pela temática, mas o desejo de retornar à Universidade, retomar o ritmo dos estudos acadêmicos, fazer um mestrado em educação. Em suma, esse é um perfil de sujeitos que ao contrário do que apregoa o senso comum, têm interesse por aprofundar os estudos cada vez mais na área de educação.

Um segundo elemento que merece análise, relativo ao perfil formativo do grupo, implica a necessidade de pensarmos sobre os não-pedagogos e não-especialistas, que são aproximadamente 30% dos interessados. O primeiro dado é que se trata de um perfil plural: docentes de diversas áreas do conhecimento (matemática, língua portuguesa, artes, ciências etc), gestores, assistentes sociais, que estão preocupados em compreender questões relativas à gestão democrática e à educação popular.

Aproximadamente metade dos interessados na proposta formativa informou no ato da pré-inscrição que já atua na escola visitada há mais de 10 anos. Mais uma vez é desafiada a lógica do senso comum que correlaciona desinteresse ao tempo de atuação, como se essas duas variáveis fossem diretamente proporcionais. Ao contrário, os dados evidenciam interesse desse grupo em estudos sobre a temática apresentada, bem como o fato de a proposta ter sido pensada para ocorrer no espaço da Universidade, em interlocução com os professores do Centro de Educação, foi ressaltado pelos mesmos como incentivo à formação.

Por fim, outro aspecto que os dados chamam atenção, é que o problema da gestão desperta o interesse de mais de um perfil de educadores que majoritariamente não exerce a gestão escolar. Em outras palavras, apenas 25% dos interessados pela proposta são efetivamente gestores. Os demais são docentes e técnicos que relatam interesse por compreender o problema da gestão em função de sua articulação com o campo da educação popular.

Esse percurso prático e ao mesmo tempo reflexivo proporcionou uma compreensão da extensão e sobretudo da extensão popular como fundamento para uma formação que leve estudantes de pedagogia a construir o passo a passo de sua caminhada universitária no campo da educação. É uma aproximação propícia à vivência, à responsabilidade acadêmica e profissional. Ao começar por conceber pedagogicamente uma proposta formativa, atividades que vão se deparar em qualquer área ou espaços educativos que pretendem atuar, permitindo assim ter esse contato com o movimento dialético na construção do conhecimento.

Durante a seleção temática referente as áreas abordadas do *Curso de Formação de Gestores em Educação Popular*, foi possível construir com os alunos uma compreensão sobre a dimensão política dessa educação, voltada a uma percepção de educação para a classe trabalhadora, dos quais seus objetivos não se esgotam em si mesmos. Seu intuito vem a ser decisivo, como um meio de conscientização para uma luta histórica que envolve os trabalhadores e que, especificamente, envolve a luta por uma educação pública, democrática e que seja determinante na construção de um projeto de transformação de nossa realidade social. Nessa perspectiva, a experiência buscou a difusão dos princípios da educação popular e suas contribuições na democratização da gestão escolar.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Marcos Angelus Miranda de. **O enunciado da Educação de Jovens e Adultos no Curso de Pedagogia da UFPB/campus I.** 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4789/1/arquivototal.pdf/>. Acessado em: 20/01/2021.

ALCANTARA, Marcos Angelus Miranda de. CARLOS, Erenildo João. Algumas Assinalações sobre a Educação Popular. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 27, n.1, p. 128-145, jan/jun 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/33512/20809>. Acessado em: 10/11/2018.

ALMEIDA, Luciane Pinho de; SÁ, Salette Marinho de. Formação Profissional no Século 21: reflexões sobre Aprendizagens a partir da Extensão Universitária. SÍVERES, Luiz (org.) **A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem** / - Brasília: Liber Livro, 2013. p. 199-222. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232083>. Acessado em: 30/07/2020.

ARAÚJO, Ismael Xavier. SILVA, Severino Bezerra. Plano Diretor Participativo e Educação Popular. In: **V Seminário de Educação e Movimentos Sociais** GT 10. João Pessoa. PB. 2008. (CD ROOM).

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular:** a teoria e prática de Paulo Freire no Brasil. Brasília: Liber Livro, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular e a educação de jovens e adultos: antes e agora. MACHADO, Maria Margarida (org). **Formação de educadores de jovens e adultos:** II Seminário Nacional – Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008. p. 17-56. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/livrosegsemi.pdf> Acessado em: 30/07/2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire?** 2 ed., Coleção Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acessado em: 19/02/2020.

BRASIL. MEC, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**/9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 19 de fev. de 2020.

CARVALHO, Fabíola Gomide Baqueiro; SÍVERES, Luiz. A dinâmica motivacional no processo de extensão universitária. In: SÍVERES, Luiz (org.) **A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem** / - Brasília: Liber Livro, 2013. p. 199-222. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232083>. Acessado em: 30/07/2020.

CARRILLO, Afonso Torres. A Educação Popular como prática política e pedagógica emancipadora. In: STREK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (orgs.). **Educação Popular:** lugar de construção social e coletiva. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013. p. 15-32.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. A extensão popular: a reinvenção da universidade. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; _____ (organizadores). **Educação popular na formação universitária:** reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 40-61.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto Ferreira. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na "cultura globalizada". In: **Educ. Soc.**, Campinas, SP. vol. 25, n. 89, p. 1227-1249, Set./Dez. 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade,** 1ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

GOMES, Manuelle Moura. Gestão da Escola Pública: Implementação da Gestão Democrática no contexto da globalização. In: **II Fórum Internacional de Pedagogia-Sessão Brasil**. GT 12. REALIZE Editora. Campina Grande. PB. 2009. (CD-ROOM).

KOCHHAANN, Andréa; AMORIM, Maria Cecília Silva do; MARQUES, Mateus Henrique; RIBEIRO, Natália; FERNANDES, Thays Oliveira. As mídias como ferramentas pedagógicas: uma experiência em um projeto de extensão. In: **III Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar e I Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar,** 2018. Disponível em: <http://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/455>. Acessado em: 01/11/2020.

LÜCK, Heloísa. Gestão democrática e participativa. In: _____. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009. p. 69-80. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf >. Acessado em: 30/07/2020.

MARQUES, J. P. A "observação participante" na pesquisa de campo em Educação. In: **Educação em Foco.** Ano 19 – n. 28 – mai./ago. 2016 p. 263-248. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1221/985 >. Acessado em: 06/07/2018.

MOURA, Francisco Jocelio Leite de. **Contribuições da extensão universitária para a formação dos discentes de terapia ocupacional.** 2017. 60 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/3915/1/FJLM22112017.pdf . Acessado em: 03/022020.

PARO, Vitor Henrique. PARO, Vitor H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. Interferências privadas na escola básica: sequestro do público e degradação do - pedagógico. In: **XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP** – Campinas, 2012. p. 85-95. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/cap-1-interferencias-privadas-na-escola-basica.pdf>. Acessado em: 01/11/2020.

SILVA Junior, Celestino Alves da. (org.) O dogma da gestão e o estigma do magistério. In: **Caderno de Formação:** Formação de Professores: Bloco 03: Gestão Escolar/ [Laurence Duarte Colvara (Coord.)]. São Paulo: Cultura acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação: Univesp, 2013. Vol. 2. P. 15 -31. Acesso em 20/10/2019. Disponível em: www.acervodigital.unesp.br . Acessado em: 19/02/2020.

TAVANO, Vinícius.; MIZUKAMI, Maria. da Graça. Nicoletti. Extensão e Formação Continuada de professores da rede municipal da cidade de São Paulo. **Revista Temas em Educação**, v. 22, n. 2, p. 191-207, 31 dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17791>. Acesso em: 01/11/2020.

UNESCO. Alfabetização de Jovens e Adultos em Movimento. In: _____. **Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil:** lições da prática. Brasília, UNESCO, 2008. p. 97. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/162640por.pdf> . Acessado em: 12/05/2019.

DEMOCRATIC MANAGEMENT, POPULAR EDUCATION AND UNIVERSITY EXTENSION: MOBILIZING AND APPROACHING BASIC EDUCATION WORKERS

ABSTRACT
In this paper we talk about an extension experience that took place at the Federal University of Paraíba, which occurred in order to articulate the Prolicen / 2019 and Probex / 2019 projects. It is a practical-reflective report on the construction of strategies for mobilization and approach of basic education professionals interested in the theme of democratic management from a popular education perspective. On the methodological level, we dialogued with Marques (2016) who brings practical suggestions for carrying out fieldwork, based on participant observation. Conceptually, we talked about popular education with Freire (1983) and Brandão (2008); in the field of democratic management we rely on Luck (2009) and Paro (2001); to think about university extension we used the contributions of Cruz (2011) and Moura (2017). As a result of the extension action with 64 education workers in the city of João Pessoa, we were able to conclude that even in the face of a diversity of training profiles and different areas of activity, there is a significant interest in the subject in general and its specific developments, which take place in the management of basic, curricular and school education, from the perspective of popular education.
Keywords: Democratic Management. Popular Education. University Extension.

GESTIÓN DEMOCRÁTICA, EDUCACIÓN POPULAR Y EXTENSIÓN UNIVERSITARIA: MOVILIZACIÓN Y ABORDAJE DE TRABAJADORES DE LA EDUCACIÓN BÁSICA

RESUMEN
En este escrito discutimos sobre una experiencia extensionista llevada a cabo en la Universidad Federal de Paraíba, realizada para articular los proyectos Prolicen/2019 y Probex/2019. Se trata de un relato práctico-reflexivo sobre la construcción de estrategias de movilización y abordaje de profesionales de la educación básica interesados por el tema de la gestión democrática en una perspectiva de la educación popular. En el marco metodológico dialogamos con Marques (2016) que presenta sugerencias prácticas para la realización del trabajo de campo, fundamentado en la observación participante. Conceptualmente, dialogamos con Freire (1983) y Brandão (2008); En el campo de la gestión democrática nos apoyamos en Luck (2009) y Paro (2001); para reflexionar sobre extensión universitaria recurrimos a las contribuciones de Cruz (2011) y Moura (2017). Como resultado de la acción de extensión junto a 64 trabajadores de la educación del municipio de João Pessoa, concluimos que a pesar de una diversidad de perfiles formativos y de áreas de actuación

distintas hay un interés significativo por el tema en general y por sus divisiones específicas, que se dan en la gestión de la educación básica, curricular y escolar, bajo la perspectiva de la educación popular.
Palabras claves: Gestión democrática. Educación popular. Extensión universitaria.

Submetido em: julho de 2020.
Aprovado em: novembro de 2020.
Publicado em: janeiro de 2021.